

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Introdução

O comportamento desviante, entendendo-o como um padrão de conduta caracterizado por um comportamento persistente e repetitivo no qual não se seguem as regras sociais nem se respeitam os direitos dos outros, e em especial o comportamento anti-social, tem sido um dos motivos seleccionados com o comportamento humano que mais atenção tem merecido ao longo da História por parte de pensadores e cientistas.

Assim, para a área que é objecto do nosso estudo, a reabilitação e a reinserção deverão constituir as molas impulsionadoras de um novo saber ser e saber estar, partindo da formação literária actualizada de cada recluso, com o objectivo de melhor compreender o que o rodeia, identificar-se com o mundo da aprendizagem ao longo da vida e desta forma não se sentir excluído perante situações do quotidiano nem cair em armadilhas que o arrastem novamente para o mundo da delinquência.

O tratamento penitenciário tem como objectivo primordial e único fazer de forma consciente tudo o que possa influenciar a capacidade do detido a um futuro desempenho sem actividades criminosas. É crucial elaborar um plano individual de acompanhamento de cada recluso, consoante as características da sua personalidade, do crime cometido e da sua carreira criminal, da pena a cumprir e do estabelecimento em que está inserido, adaptando-se mas adoptando-se esforços no sentido de dotar o sujeito com competências psicológicas, educacionais e sociais que lhe permitam enfrentar com êxito o reinício da vida em liberdade, prevenindo a reincidência. A intervenção não deve ser só confiada ao indivíduo, mas deve envolver os restantes interventores prisionais (técnicos, guardas, direcção, professores, formadores...) e a própria organização prisional.

O recurso a um manancial de intervenções multidisciplinares, associado a uma prestação de serviços de saúde, a nível físico e psicológico, à ocupação laboral, em diversas áreas e à requalificação pessoal pela educação e a formação profissional, entre outras, foi aproximando (e está a aproximar) a prisão de uma verdadeira comunidade que se gere a si própria. Revela-se indispensável o processo de colocação dos reclusos em

actividades que integrem componentes relacionadas com o desporto, a cultura, o ensino, o trabalho e a formação profissional, de forma a atenuar a influência nefasta da reclusão, sobre a sua personalidade e comportamento social.

Em síntese, o tratamento ou reabilitação dos reclusos deve procurar promover o desenvolvimento cognitivo em áreas deficitárias, tais como: a resolução eficaz de problemas, o raciocínio moral e as aptidões sociais, a reestruturação cognitiva ao nível das distorções do pensamento, atitudes e convicções que conduzem ao comportamento de transgressão.

5.1. O estudo

O panorama prisional português tem vindo a modificar-se ao longo dos últimos dez anos. Ainda um pouco distante dos valores internacionais, apresenta, no entanto, algumas debilidades ao nível da lotação, encarceramento e aspectos sanitários das celas, onde ainda há muito a transformar, ou seja, a melhorar. Além destes aspectos, a própria articulação com as autarquias e a formação profissional são áreas onde se deve apostar para se verificar uma verdadeira reintegração dos reclusos. De acordo com a DGSP e Moreira (2005) damos conta da elevada percentagem de população jovem que se verifica no sistema (no final de 2005 eram 6.905 entre os 25-39 anos, num total de 12.889). No ano de 2004, a população reclusa diminuiu e no ano de 2005 também se verificou uma pequena descida. No entanto, os números podem levar ao engano, porque se introduziu o uso da pulseira electrónica, ficando o recluso na sua residência, maior percentagem de indivíduos a aguardar julgamento em liberdade e maior concessão de saídas em liberdade. Poderiam ser menos se as penas fossem convertidas (em maior percentagem) em serviço à comunidade, facto que os juízes já começam a dar alguma relevância, o que só traz vantagens: põe os condenados a cumprir a pena em favorecimento da própria comunidade contra a qual cometeram o crime e torna mais fácil a sociedade olhar os seus infractores como indivíduos capazes de se reinserirem.

Em finais de 2005, os dados da DGSP revelam que as prisões centrais de Lisboa, Paços de Ferreira e Pinheiro da Cruz eram as que apresentavam maior lotação, respectivamente 786, 230 e 203 reclusos, facto que não é de admirar por abrangerem zonas urbanas e industriais onde se verificam as maiores desigualdades e discrepâncias nos cidadãos, onde o "quarto mundo" impera, onde se verifica a maior taxa de desemprego, os

conflitos sociais e familiares, etc. . Dos 12.889 reclusos em 2005, 11.748 eram homens e 896 mulheres, situação que não foge à regra (o número de homens em reclusão é sempre muito superior ao número de mulheres). A maioria dos condenados cumpre penas entre os 3 a 9 anos (cerca de 5.629) e com mais de 9 anos cerca de 2092 reclusos. Ainda a propósito da perspectiva do encarceramento, não podemos esquecer que nos finais de 2005 existiam 2.386 reclusos estrangeiros detidos nas nossas cadeias, sendo a nacionalidade cabo-verdiana a mais numerosa, seguida da de angolanos e brasileiros. Não são números para estranhar, já que são comunidades numerosas a viverem nas grandes cidades e que quando o emprego falta surgem os problemas, para além dos de integração, habitação e assistência na saúde. A taxa de estrangeiros com condenações inferiores a três anos e superiores a doze são diminutas.

No registo do nível de escolaridade, onde os fracos créditos de ambos os géneros são evidenciados, referimos que a média do Ensino Básico se contabiliza no masculino, uma vez que o contributo das reclusas não é significativo, extremado entre o analfabetismo e a frequência universitária. A DGSP (2005) contabilizou 10.049 reclusos com o Ensino Básico, 1127 com o Ensino Secundário, mas 676 não sabiam ler nem escrever e apenas 726 sabiam ler e escrever. Os reclusos estrangeiros continuavam a evidenciar taxas mais elevadas de alfabetização, sobretudo de nível universitário, no aspecto global. Por sua vez, desde 1991 até 2005, o número de professores a leccionar nas cadeias tem vindo a aumentar substancialmente (de 141 docentes registam-se agora cerca de 590), o que demonstra a aposta, por parte dos Serviços Prisionais, na qualificação escolar dos reclusos para além de outras iniciativas no âmbito da educação/formação: cursos técnico-profissionais, nas áreas de construção civil, artesanato, agricultura, informática, mecânica de automóveis, madeiras, electricidade e restauro. O sistema disponibiliza, ainda, bibliotecas em todas as cadeias, sendo regularmente visitadas por alunos entre os 30 e os 39 anos que frequentam, na sua maioria, o 3º Ciclo ou o Ensino Secundário.

Em 31 de Dezembro de 2009, segundo os dados disponibilizados pela DGSP na sua página da Internet, no domínio das estatísticas, existem 51 estabelecimentos prisionais e a população prisional era constituída por 11 099 reclusos (10 486 Homens e 613 Mulheres), registando-se um decréscimo, fruto de alguma legislação relacionada com a prisão preventiva. A faixa etária que predomina continua a ser a que se situa entre os 30 e os 49 anos de idade (5834 Homens e 354 Mulheres), mas começa-se a registar um aumento de prisioneiros já na faixa etária entre os 25 e os 29 anos (1699 Homens e 101 Mulheres). O

crime que predomina é contra o património, para os Homens, mas nas Mulheres é o crime relativo a estupefacientes (DGSP, Abril, 2010, <http://www.dgsp.mj.pt/>). Quanto ao nível de escolaridade, pouco se altera em relação ao momento da nossa investigação em 2004. No Quadro nº 100 vemos esses dados por ano de escolaridade.

	Homens	Mulheres	%
Não sabe ler nem escrever	454	60	4,63%
Sabendo ler e escrever	489	81	5,14%
1º ciclo	3428	163	32,35%
2º ciclo	2561	91	23,90%
3º ciclo	2248	99	21,15%
Secundário	1023	90	10,01%
Superior	108	18	1,14%
Ignorado ou não especificado	162	9	1,54%
Outros cursos	13	2	0,14%
TOTAL	10486	613	100%
	11 099 reclusos		

Quadro nº 100 – Níveis de instrução dos reclusos, em 31/12/2009, por género, segundo a DGSP - Abril, 2010, <http://www.dgsp.mj.pt/> (quadro de elaboração própria).

Constata-se que 32,35% dos reclusos possuem apenas o 1º ciclo e ainda existe uma percentagem de 4,63% de analfabetos, juntando-se 5,14% que sabe apenas ler e escrever. Os baixos índices de alfabetização estão aqui evidenciados, confirmando os de 2004, ocasião do nosso estudo, tendo diminuído em 2009 a percentagem dos que não sabem ler nem escrever em apenas 1% (em 2004 era de 5,6%), mas aumentou a percentagem dos que sabem só ler e escrever (em 2004 era de 4,9%). Nos 1º e 3º ciclos registaram-se aumentos significativos (cerca de 6%), ma no 2º ciclo a percentagem mantém-se. Há ainda um longo caminho a percorrer na escolaridade básica nas prisões.

Sendo o ensino e a formação uma das vertentes da ressocialização do recluso e sua inserção na sociedade, este estudo desenvolveu-se com base nos estudos de literacia internacionais e nacionais ao nível da leitura de textos escritos e subsequente análise da

compreensão e capacidade de interpretação e produção escrita. Além disso, quisemos saber a capacidade de exteriorizar ideias e sentimentos como libertação da carga interior. Ser leitor não requer apenas o domínio e mestria de uma técnica, envolve também uma atitude e posicionamento perante o escrito e apropriação dos sentidos textuais. Esta atitude e posicionamento denunciam a história pessoal de cada sujeito, constituindo um processo social mais alargado subjacente a determinadas convenções inerentes às acções individuais e sociais da leitura.

A orientação deste estudo visou conhecer dificuldades, interesses e domínio de mecanismos de compreensão e a valoração inerente a cada um, descodificada por reclusos, a sua enciclopédia em relação ao mundo e a sua abertura a problemas que enfrentamos revelando-nos até que ponto é necessário dar-lhes mais informação, mais espaço para a evasão, a interacção, o pôr em comum e assim colocarem-se no lugar do outro, saberem intervir, argumentar, inferir, organizar e estruturar o pensamento e o discurso. Os objectivos visam, por isso, a identificação de dificuldades subjacentes à leitura, ao nível da compreensão e da interpretação, assim como das lacunas na expressão escrita e, consequentemente, a capacidade (ou incapacidade) na abordagem de temas do quotidiano.

Perante tais pressupostos, os testes aplicados aos reclusos revelam dificuldades ao nível da compreensão do tema/assunto, identificação dos comportamentos e atitudes das personagens, interpretação de informação de gráficos ou informação escrita veiculada em jornais, falta de vocabulário e rudimentar conhecimento de assuntos do quotidiano, organização de ideias e discurso com erros ortográficos e ausência de coesão interfrásica. Além destas lacunas, devemos registar que a apreciação/avaliação da produção escrita oscilou entre Suficiente e Insuficiente, na globalidade. Os homens obtiveram Suficiente em quatro dos cinco textos propostos, mas as mulheres apenas conseguiram a avaliação de Suficiente num dos textos, ou seja, naquele que mais sensibilizou todos os reclusos – relacionado com o tema da imigração.

Numa breve reflexão, atrevemo-nos a sugerir que, para os reclusos se mostrarem interessados no acto de ler e escrever, é necessário que tenham desenvolvido capacidades de percepção e compreensão básicas sem as quais a leitura e a escrita não proporcionarão qualquer satisfação. Outra das razões para a difícil compreensão da informação relaciona-se com dificuldades na descodificação do sentido das palavras, com as unidades frásicas e textuais, em estabelecer relações locais entre as unidades pela compreensão de mecanismos de coesão lexical e gramatical – relações anafóricas, conectores frásicos implícitos ou

explícitos e, finalmente, a selecção e generalização de conceitos e situações para reconstruir a informação principal.

Todas estas dificuldades se devem a um léxico pouco desenvolvido, ao desconhecimento de estratégias para inferir os sentidos pelos contextos ou pela estrutura das palavras. Podem dever-se, também, como consequência de uma excessiva preocupação com a decifração de palavras e um mundo restrito de leituras ao longo da vida que implica o desconhecimento de conceitos, de léxico e de relação.

Com base nos dados que obtivemos e analisámos, destacamos, de forma sucinta, algumas propostas englobadoras de estratégias mais abrangentes para o envolvimento do recluso nos textos e, por conseguinte, no hábito leitor:

- insistir na formação e ensino dos reclusos/as através de uma tipologia variada, trabalhando esses suportes (escritos, icónicos, informáticos...) ao nível da extracção de sentido e de informação para se chegar à sua compreensão e interpretação, articulando-as com o mundo exterior, ou seja, com conteúdos significativos;
- propiciar, sempre que possível, a escrita criativa, um meio adequado para a evasão, o dar-se a conhecer ao nível do seu ego, como revelar, desta forma, os conhecimentos, a cultura e limitações perante as quais professores, formadores e outros técnicos poderão partir para uma intervenção mais adequada na população reclusa;
- valorizar e rentabilizar o espaço-biblioteca, dentro das prisões, promovendo espaços e tempos adequados à leitura em voz alta, quer por parte dos reclusos, quer por parte de quem leia para os reclusos. Por exemplo, a família deverá participar nessas leituras, fazendo-se uma interacção entre pais e filhos, casais, ou outras pessoas ligadas à vida do recluso. Quem diz a leitura, diz a escrita, a dramatização, a pintura, o desenho e o debate. Tudo isto com o intuito de estreitar os laços entre família e recluso e quebrando o “muro” que cerceia a liberdade de reunião familiar e social;
- actividades de dinamização da leitura a partir de sugestões dos professores, programas televisivos, filmes, teatros ou recomendados por revistas, requisitados para leitura na cela;
- formar um clube de leitura e outro de escrita criativa;
- promover a formação de comunidades de leitores, dentro do espaço prisão ou em comunicação e intercâmbio com outros estabelecimentos prisionais, de acordo com os temas e assuntos do interesse dos reclusos;

- fazer o intercâmbio de jornais entre prisões, não só impressos com artigos diversificados de todas elas, como publicar jornais de suporte electrónico, facilitando a comunicação e o diálogo, como também constiur-se uma forma de aplicação electrónica tão essencial na actualidade;
- contactar livrarias, bibliotecas e outras instituições ligadas à promoção do livro e da leitura, no sentido da renovação do *stock* de livros, revistas, CD, audiolivros, filmes, etc., e sua actualização:
- incentivar a leitura de poemas e sua declamação, criando um clube e ateliê de poesia, escutando-se uns aos outros e ouvindo gravações de qualidade de poemas de escritores/ poetas portugueses (a escrita de poesia é muito praticada nestes ambientes);
- criação de um clube de teatro (espaço em que os reclusos gostam de participar), aliando a leitura de obras à própria escrita e adaptação das mesmas pelos próprios reclusos;
- trocar correspondência com instituições, escritores, poetas, etc., como motivação para a leitura e escrita, não importando a tipologia de textos (carta, *mail*, textos argumentativos, críticas, dissertações, crónicas...);
- sessões com professores ou formadores, onde se dê a conhecer a cultura portuguesa, nas suas várias vertentes, confrontando-a com outras culturas;
- comemorar dias, épocas festivas do ano, bem como centenários (nascimento e morte) de pessoas reconhecidas no país e no mundo pela sua vida ou aspectos especiais que contribuíram para o progresso da humanidade, nas suas várias vertentes, servindo de modelo ou estímulo a seguir (ou não);
- participar em palestras/conferências sobre assuntos /temas com personalidades da comunidade onde está inserida a prisão ou de âmbito nacional;
- promover a literacia digital, motivando os reclusos para a leitura e a escrita com o mundo exterior (com a família e outras pessoas da comunidade local, regional, nacional e internacional), utilizando as potencialidades dos blogues, das wikis, dos *e-mail* e de outras ferramentas que nos proporciona a tecnologia computacional e a Internet;
- organizar salas de leitura, ou ateliês, para a aprendizagem e utilização da leitura e da escrita, em que se treine a leitura em voz alta, em coro, a par ou mesmo a exposição oral de temas que sirvam para gravar em CD ou em *powerpoint*. Estas actividades poderão ter como objectivo a realização de materiais a serem oferecidos a filhos e outros elementos da família, servindo de estímulo à leitura e à escrita e, ao mesmo

tempo, sentir-se útil e mostrar que, pelo facto de estar prisioneiro(a), não significa que perdeu a liberdade de se autopromover, enriquecer e ressocializar através da cultura e poder estar em contacto com aqueles que o rodeavam;

- constituição de espaços em que os presos possam construir materiais de suporte informático/digital para a família, para os amigos e entidades ligadas ao ensino, à formação e ao trabalho, agregando histórias, vivências, temas que o sensibilizam com a música, a dramatização e efeitos especiais.

Na análise, leitura e exploração de textos, deveremos ter em conta que o *corpus* a seleccionar para as actividades a desenvolver com os reclusos vão desde os materiais com base em textos curtos ligados ao humor, à História, aos temas da actualidade, literatura, policiais, de terror, romances, sem esquecer os textos de natureza mais pragmática (jornais, revistas, legendas dos filmes, anúncios, crónicas...). Concomitantemente, a leitura e a escrita deverão ser domínios transversais nos currículos elaborados para a formação dos reclusos, uma vez que é de todo o interesse o tratamento inter e transdisciplinar, assim como a organização do trabalho e pesquisa para trabalhos de projecto, verdadeiros testes à capacidade de reestruturação do raciocínio e informação em pessoas que possuem baixos níveis de concentração, auto-estima e abstracção.

O recurso a trabalhos de natureza estética e plástica, dramática e de escrita criativa são actividades que vão ao encontro dos interesses dos reclusos, onde se sentem soltos, à vontade e onde se podem expressar livremente. Mais, o recurso à Internet e computador estimulam e permitem aperfeiçoar e dominar as competências de leitura, escrita, pesquisa e organização do trabalho. Proporcionar importantes momentos de partilha e troca de saberes e experiências entre os pares, importantes momentos de aprendizagem colaborativa, onde se pode incluir a consulta de dicionários e prontuários, sempre que algum vocábulo ou expressão é de difícil compreensão. A aprendizagem da literacia exige também dos sujeitos capacidades de leitura de uma variedade e quantidade de representações gráficas que inundam os textos escritos com que se defrontam os cidadãos no seu dia-a-dia. Cabe-nos, a todos os professores/formadores, a tarefa de ensinar esta população a saber ler e compreender estes tipos de texto (mesmo os que englobam tabelas de percentagens ou números), propiciando aprendizagens que garantam capacidades de leitura dos textos usados nas sociedades contemporâneas.

Por último, não podemos esquecer o papel das bibliotecas. São elas os verdadeiros responsáveis pela literacia informacional, verdadeiros centros aglutinadores da cultura e da qualidade do ensino. Nenhum lugar de formação de pessoas a pode dispensar ou descurar estes espaços para concretizar um projecto de sucesso. O seu apetrechamento com literatura abundante e equipamento multimédia deve favorecer o encontro com material escrito das diversas áreas do saber, em diferentes registos e suportes.

Para se ensinar a literacia não basta defender o conceito tradicional de biblioteca. Poder-se-á falar em mediatecas, em centros de recursos educativos e em centros multimédia, onde os reclusos possam, de forma interactiva, interveniente, autónoma e reguladora das suas aprendizagens, construir o seu conhecimento à volta do qual se poderão constituir verdadeiras comunidades de leitores. O recluso leitor deve satisfazer a sua necessidade de evasão, de sonho, de encontro íntimo através dos livros e da escrita, pois é essa palavra escrita a grande depositária dos sonhos.

5.2. A relevância do estudo

Outras conclusões podem aqui ser avançadas, relativas a alguns aspectos do plano metodológico. Um conjunto de textos propostos para a leitura e análise a reclusos de vários estabelecimentos, constituiu o núcleo do estudo. Possibilitou não só conhecer múltiplos aspectos já referenciados ao nível da leitura, compreensão e produção escrita, mas também mostrou até que ponto este tipo de população está receptiva a alguém que vem do exterior com um material que não é para fins recreativos, mas que requer da parte dos participantes disponibilidade, competências em literacia ligadas à sua formação escolar e que lhes pede concentração, opinião e organização. Apesar de todo o esforço revelado, das dificuldades sentidas, ninguém desistiu e até se mostraram envolvidos na maioria dos textos e sua temática. Isto permite-nos concluir que é necessário aproveitar, proporcionar mais formação e envolvê-los em acções e actividades que requeiram a sua participação mais activa e enriquecerem a sua auto-estima, em certos casos recuperá-la.

Optámos pela análise de conteúdo como método mais produtivo, essencialmente porque os textos são um suporte que traduz apropriação explícita e implícita da informação aí veiculada. Apesar da sua validação, algumas limitações podem ser apontadas ao estudo. Para além de outras que a própria autora poderá não identificar, importa assinalar o facto de o número de participantes não ser mais significativo, situação que não dependeu só da

nossa decisão, o alargamento a mais prisões, poder apresentar outros tipos de textos e maior tempo de resolução dos questionários que os acompanharam. Todos estes aspectos foram ponderados e, dentro do que nos foi proporcionado pelas entidades competentes, tentámos encetar o estudo da forma mais credível e significativa que mereça uma reflexão mais profunda e indicadora do nível de literacia em leitura nas prisões portuguesas.

A resolução do problema em estudo passa pela constatação da relevância dos dados obtidos para proporcionar condições de mudança: conteúdo da informação, funções que a sua análise pode proporcionar, a "tipologia de textos e suportes" que veiculam objectivos, ideias, etc., e a forma como foram analisados. A análise que se realizou permite estabelecer mudanças no interior do contexto escolar e não escolar, nos domínios transversais como são os da leitura e escrita.

A formação, as capacidades básicas de leitura e escrita, o aperfeiçoamento dessas capacidades, a dinamização de acções e actividades interactivas numa perspectiva de auto-formação e partilha são, sem dúvida, os caminhos a percorrer para a ressocialização e reinserção dos reclusos. Frolander-Ulf (2001) afirmava, a propósito do ensino nas prisões que "Não há razão nenhuma para que a população prisional não consiga aprender a ler e a escrever antes do fim da sua pena" (p.2), opinião com a qual estamos totalmente de acordo, pois não é só necessário que o sistema prisional proporcione momentos de formação profissional ou de trabalho, quando as competências da leitura e de escrita não estão consolidadas e coesas para um verdadeiro entendimento do mundo permitindo a estes cidadãos mecanismos essenciais ao seu dequado desempenho na sociedade, na família e no mundo laboral.

A aprendizagem da vida num grupo restrito e numa organização burocrática prepara, também, para lá da escolarização, para a vida e para funcionar noutras organizações, quer seja como trabalhador, aluno, recluso ou consumidor. Prepara para a vivência em grupos restritos. Neste sentido, a prisão também tem de preparar para a vida, pelo menos, como actor social que através das qualificações e os conhecimentos ela permite fazê-lo.

Aprender a ler e a escrever são objectivos fundamentais do ensino, mas são também condições de participação no *continuum* da vida. Todo aquele indivíduo que não sabe ler nem escrever não pode desempenhar cabalmente o seu papel de cidadão. Trata-se de um inadaptação social, ainda que seja sensato, comunicativo e pacífico. Tudo porque simplesmente o seu "savoir-faire" de base não lhe permite concluir um trabalho que lhe é

pedido por falta de compreensão do que lhe foi proposto. Ainda outras capacidades são hoje requeridas: realizar projectos, organizar o seu trabalho, identificar fontes de informação e saber usufruir delas. Deste modo achamos essenciais os seguintes princípios que servirão de pontos de ancoragem para toda a reconstrução de um programa formativo prisional:

- *Empowerment* – desenvolver programas ou linhas de acção para a promoção da auto-estima, conhecimento e preparação profissional.
- Escolhas significativas – proporcionar um leque considerável de opções através de programas ou estruturas que permitam desenvolver capacidades e experiências de acordo com as preferências e origens sócio-culturais.
- Respeito pelas diferenças – ter em conta em qualquer atitude a tomar ou programa a desenvolver, as distinções culturais, sociais, académicas e religiosas para acabar com um clima de desconfiança e mal-estar entre reclusos e proporcionar o seu espírito de abertura.
- Ambiente adequado – não se trata só das condições físicas da prisão, mas também conciliar todas as actividades do interior com um suporte mais estreito da família.
- Formação de capacidades pró-sociais – actividades com a intervenção de técnicos especializados, entre eles professores que potenciem nos reclusos atitudes e comportamentos a ter em sociedade nos seus variados contextos.

Todas as transformações apontadas de carácter holístico, serão idealizadas através de programas de intervenção que deveriam incluir quer o acompanhamento individual, como a formação de grupos, em que seriam abordadas questões relacionadas com a vida quotidiana, com o mundo global, servindo-se para isso da leitura, escrita e interacção verbal, favorecendo a formação de cidadãos que não sejam estigmatizados pela sociedade e transmitam à família os gostos pela leitura, por bibliotecas, por jornais, revistas e outros suportes que divulguem competências de vida.